

*O Estado de São Paulo,
Segunda-feira, 29.6.2009*

Menos bazófia e mais reformas

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

A recente reunião da cúpula dos Brics em Ecaterimburgo, na Rússia, suscitou o ressurgimento de visões equivocadas quanto a racionalizações da composição do grupo e, também, quanto ao papel futuro que possa ter a sua ação coordenada na diplomacia mundial.

A heterogeneidade mais marcante entre os membros do grupo tem que ver com a sua essência: o peso econômico na economia mundial. A justificativa inicial - apresentada por Jim O'Neill, do Goldman Sachs, ainda em 2001 - para considerar Brasil, Rússia, Índia e China como membros de um grupo de economias emergentes, cuja influência no mundo tenderia inexoravelmente a aumentar com a sua participação na economia mundial, já padecia de problemas. E esses problemas se agravaram desde então.

É certo que ao bloco dos Brics corresponde hoje mais de 20% da renda bruta mundial-PPP. Mas o Brasil responde por menos de 3% do total mundial, um quarto do peso da China, pouco mais da metade do peso da Índia e fatia menor do que a da Federação Russa. E, a despeito das afirmações do presidente Lula de que "nos destacamos nos últimos anos porque nossas quatro economias têm mostrado crescimento robusto", essa robustez também não foi homogeneamente distribuída. O Brasil, desde 2002, tem crescido aproximadamente em linha com a economia mundial e a taxas muito menores do que as dos outros países do Bric.

No prazo mais longo, os números são cruéis. Em 1980, o peso do Brasil na economia mundial - medido como proporção da renda nacional bruta-PPC mundial - era cerca de 3,5%. Significativamente maior do que os 2% da China e os 2,3% da Índia. Desde então, a queda foi lenta, mas monotônica: em 1990 o peso do Brasil era de 3%; em 2000, de 2,8%; e agora está em torno de 2,7%. Enquanto isso, a China quintuplicava e a Índia duplicava as suas respectivas participações na economia mundial.

O Brasil está fora da turma em relação a dinamismo econômico, especialmente em contraste com a China e a Índia. É a importância do País em relação a outros temas que viabiliza a sua participação no grupo dos Brics. Está na América Latina e é a maior economia regional. É populoso e tem área substancial. É relevante nas questões relativas a aquecimento global e recursos hídricos. É uma grande democracia em processo de amadurecimento. Seu líder político é carismático e tem influência mundial. É visto como potencial celeiro do mundo.

Mesmo levando tudo isso em conta, a menos de radical melhora do desempenho econômico, a posição do Brasil será dramaticamente enfraquecida com o declínio do tamanho relativo de sua economia. Melhora do desempenho econômico é algo que

depende de reformas econômicas ousadas para viabilizar o aumento da taxa de investimento, que permanece abaixo de 20% do PIB.

A postura do governo não suscita grandes esperanças em relação ao assunto. Na economia, fora da esfera de redistribuição de renda e da propensão a aumentar o gasto público, contentou-se em copiar a boa política macroeconômica herdada do governo anterior.

É difícil imaginar que haja espaço para lampejos de imaginação reformista a essa altura, quando os palanques parecem ocupar boa parte do tempo do presidente. Em contraponto, as teclas prediletas são monótonas e nada têm que ver com ações que possam melhorar o desempenho relativo do País. A culpa das nossas mazelas é dos outros: homens brancos, neoliberalismo e outros bodes expiatórios externos para explicar as mazelas do País. O clima dominante é festivo, tomado por autocongratulações frequentemente prematuras ou simplesmente infundadas.

E, no entanto, a maior cooperação entre os Brics, a despeito das muitas limitações que têm sido apontadas quanto à sua ação coesa - rivalidades históricas, ausência de vínculos entre integrantes do grupo, posições antagônicas em foros internacionais -, pode produzir resultados concretos interessantes. A experiência do G-20 da Organização Mundial do Comércio (OMC), aquele que surgiu em Cancún e entrou em crise em meados do ano passado - não confundir com o G-20 dos chefes de Estado -, indica, entretanto, que a influência dos Brics tenderá a ser mais eficaz para bloquear iniciativas do G-7 que deixem de levar em conta os interesses dos emergentes do que para originar propostas comuns. Poderá, também, ajudar a minorar as iniquidades dos critérios de representatividade nas grandes instituições multilaterais que privilegiam de forma grotesca as economias desenvolvidas.

Será bem improvável, por outro lado, que o grupo se mostre coeso quanto a políticas substantivas, tanto no terreno comercial quanto no financeiro.

Do ponto de vista do Brasil há problemas adicionais. A relação privilegiada com os Brics adiciona elemento novo na diplomacia brasileira. Eficácia na aplicação de políticas é algo que depende de escolha de prioridades. Na diplomacia também se aplica a máxima de Mendès-France: governar é escolher. Para que a ação diplomática seja eficaz, é condição essencial que haja parcimônia na definição de prioridades. Eleger muitas prioridades significa não ter nenhuma. É quase impossível extrair linhas coerentes de política externa brasileira do emaranhado de relações estratégicas prioritárias explicitadas pelo Itamaraty.

Há ainda o amor à boutade dos nossos diplomatas. A participação no G-20 dos chefes de Estado e no grupo dos Brics estimulou declarações enfáticas que beiraram o ridículo, como a do doutor Amorim ao decretar a morte do G-7. A lambuzada no melado parece ter sido excessiva.

***Marcelo de Paiva Abreu, Ph.D. em economia pela Universidade de Cambridge, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio**